

Políticas públicas de comunicação em CT&I

*Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC)
Cilene Victor da Silva¹, Simone Bortoliero², Ruth Fátima de Rendeiro Palheta³,
Graça Caldas⁴, Cidoval Moraes de Sousa⁵, Wilson da Costa Bueno⁶*

1. Estado da arte: breve cenário

Durante muito tempo, a divulgação científica foi pautada, principalmente, pela divulgação acrítica e descontextualizada da produção científica e tecnológica do país. Além disso, não raro os pesquisadores reclamavam de erros frequentes e de sensacionalismo no processo de divulgação na mídia em geral.

Na última década, porém, tornou-se visível a melhoria da qualidade da divulgação da CT&I, fruto da ampliação substancial de espaço na mídia e em veículos especializados, da formação cada vez mais especializada de profissionais na área, bem como do reconhecimento público da importância da democratização e popularização do conhecimento científico.

Em paralelo e não menos importante, ocorre ampliação e profissionalização de assessorias de comunicação em universidades, instituições de pesquisa públicas e privadas na área, bem como em órgãos de fomento. Este duplo movimento de novos espaços de divulgação e formação qualificada não vem, porém, sendo acompanhado de investimentos públicos em pesquisas

1 Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC).

2 Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC).

3 Diretora administrativa da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC).

4 Diretora acadêmica da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC).

5 Diretor de eventos da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC).

6 Diretor de divulgação e publicações da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC).

qualitativas na área, que ocorrem, quase sempre, de forma isolada em pesquisas individuais, em monografias de graduação ou em programas de pós-graduação *stricto e lato sensu*.

A ampliação de espaços sistematizados na mídia para a divulgação científica e a formação de divulgadores científicos especializados na área começou a ganhar forma a partir do final da década de 1940, com o início da coluna de José Reis, em 1947, na *Folha de S. Paulo*. José Reis é, desde então, considerado o patrono do Jornalismo Científico brasileiro. Nos anos 1960 e 1970, apareceram algumas experiências isoladas, como a seção Atualidade Científica, criada em 1963, no jornal *O Estado de S. Paulo*, a coluna de Júlio Abramczyk, na *Folha de S. Paulo*, e coberturas de C&T nas revistas *Veja e Visão*.

Até então, a formação de profissionais de jornalismo na área se dava de forma autodidata. Em 1971, sob a liderança do jornalista e pesquisador José Marques de Melo, então diretor da Escola de Comunicação e Artes da USP, a ECA, foi criada a Agência Universitária de Notícias (AUN), coordenada pelo jornalista e pesquisador Manoel Chaparro e, em 1972, foi oferecido o primeiro curso de extensão em Jornalismo Científico com o professor Manoel Calvo Hernando, quando foi lançado o livro “Teoria e Prática do Jornalismo Científico”.

Em 1977, foi criada a Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), tendo como seus primeiros dirigentes José Reis e Júlio Abramczyk. Em 1978, também sob a liderança do professor Marques de Melo, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), foi criada uma linha de pesquisa pioneira na área: Comunicação Científica e Tecnológica.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) criou, em 1979, o Prêmio José Reis de Divulgação Científica e, em 1982, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) promoveu o primeiro e único curso nacional de especialização em Jornalismo Científico, sob a coordenação de Cláudio de Moura Castro. No mesmo ano, sob a coordenação do jornalista e pesquisador Carlos Eduardo Lins e Silva, foi criada na Umesp, à semelhança da AUN da USP, a Agência Brasileira de Divulgação Científica (ABDC), que começou a pautar os jornais paulistas com temas de C&T. Ainda na década de 1980, o jornalista e pesquisador Wilson da Costa Bueno defendeu na ECA/USP a primeira tese de doutorado em Jornalismo Científico do país intitulada “Jornalismo Científico no Brasil: compromisso de uma prática dependente”.

A década de 1980 apresentou um cenário favorável ao surgimento de novas editorias de C&T em vários veículos de referência nacional, como *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, seguido de algumas experiências isoladas no interior paulista, como a do *Correio Popular* de Campinas, e programas de televisão especializados, como o *Globo Ciência*. Surgiram, também, revistas especializadas, como *Ciência Hoje*, da SBPC (1982), *Superinteressante* (1987), da Editora Abril, e a *Revista Brasileira de Tecnologia* (RBT), do CNPq, que num curto mas importante período assu-

miu um papel relevante na área de divulgação científica, sob a liderança da jornalista Mariluce Moura, que depois criou, na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a assessoria de comunicação e a revista *Pesquisa Fapesp*, inspiradora de iniciativas congêneres em outras agências de fomento do país.

Se por um lado a década de 1980 foi premiada com vários veículos de divulgação científica, por outro, observa-se no final da mesma década e início da de 1990 um estranho movimento de fluxo e refluxo com o desaparecimento de algumas editorias de C&T em jornais da chamada grande imprensa, mas que ressurgiram revigoradas a partir da realização, no Rio, da Eco-92, em cuja esteira também foi criado o programa da TV Cultura, Repórter-Eco (1993).

Foram, portanto, lançadas as bases para a consolidação da divulgação científica em paralelo à crescente e propagada ampliação da produção científica nacional e de *papers* em revistas indexadas. Em paralelo ao surgimento de novos veículos especializados e cada vez mais segmentados, ampliaram-se, também, os cursos de extensão *lato* e *strico sensu* em Jornalismo Científico por todo o país, face à demanda crescente por profissionais capacitados na área.

Os principais cursos são os de especialização do Núcleo de José Reis, na Universidade de São Paulo (USP), do Labjor, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), assim como os mais recentes de Jornalismo Científico a distância da Universidade do Vale do Paraíba (Univap) e o de Jornalismo Científico e Tecnológico da Universidade Federal da Bahia (UFBA), além dos mestrados *strico sensu* da Divulgação Científica e Cultural do Labjor, da Unicamp, e o de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), da Universidade Federal de São Carlos (USCar), ou ainda o de Saúde e Tecnologias de Comunicação, da Fiocruz/MS.

2. Desafios e perspectivas

A ABJC reconhece os importantes esforços que vêm sendo feitos pelo governo brasileiro desde a 2ª Conferência Nacional de C&T para a democratização do conhecimento científico e sua inserção no Plano de Ação 2007-2010 do PAC da Ciência de temas relevantes, como a popularização da ciência e a melhoria no ensino de Ciências, assim como a criação, em 2004, do Departamento de Popularização e Divulgação da Ciência do MCT, da Semana Nacional de C&T e a implantação, no CNPq, de uma área específica para a divulgação científica.

Considera, porém, que essas iniciativas, em seus diferentes editais, não têm contemplado, de forma satisfatória, propostas de criação de novos cursos de formação em divulgação científica (em diferentes modalidades), bem como o financiamento de pesquisas na área de divulgação científica. Além disso, não compreende como o comitê de divulgação científica do CNPq é formado basicamente

por cientistas de diferentes áreas do conhecimento, apesar do grande número de pesquisadores e profissionais de Comunicação que atuam, ativamente, em divulgação científica.

Sugere, ainda, a ampliação nas fundações de apoio à pesquisa (FAPs) de projetos de incentivo à pesquisa e divulgação científica, a exemplo da mídia *Ciência*, da Fapesp, que precisa, também, ser ampliada e diversificada para contemplar mais pesquisadores da área.

A ABJC entende que os poucos recursos para a pesquisa específica em divulgação científica refletem, em parte, uma falta de conhecimento da área de Comunicação e dos pesquisadores que têm atuado em divulgação científica nos últimos anos em diferentes programas de pós-graduação em Comunicação ou áreas afins, como História, Linguística, Educação, entre outros.

Por outro lado, reconhece que praticamente inexistem pesquisas temáticas voltadas para o conhecimento do estado da arte em pesquisa em divulgação científica no Brasil, que devem fazer parte do horizonte das políticas públicas da área para os próximos anos. Estas e outras pesquisas poderão ser desenvolvidas por pesquisadores de diferentes instituições do país e também em parceria com a ABJC. A entidade já realizou, por exemplo, em 2004, sob a coordenação de Graça Caldas e Cidoval Morais de Souza, uma ampla pesquisa sobre a Formação de Recursos Humanos em Jornalismo Científico no âmbito de cursos de graduação.

Na ocasião, a pesquisa constatou que, dos 204 cursos de graduação do país, apenas 31 ofereciam disciplinas de Jornalismo Científico e que a maioria (20) estava localizada em instituições privadas, embora a maior parte das pesquisas do país esteja concentrada em instituições públicas. Avaliando as ementas, ficou patente a desconexão dos conteúdos com outros considerados basilares para a área, como Sociologia da Ciência, História e Filosofia da Ciência, para uma formação competente do profissional.

Observa-se, ainda, na proposta de ensino, uma visão mais contemplativa, pouco crítica e reducionista da Ciência, sem uma percepção clara de sua política, seus avanços, retrocessos, saltos, revoluções, construções, rupturas, bem como a falta de uma bibliografia básica consensual na área.

É clara, portanto, a necessidade de atualizar este panorama, que vem se modificando ao longo dos últimos anos, assim como fica patente para a diretoria da ABJC a necessidade de criação de cursos de formação não só para jornalistas que atuam na área, mas também para professores de graduação em Jornalismo Científico.

Além disso, a ABJC considera importante a realização de seminários de divulgação científica para pesquisadores de outras áreas de conhecimento, assim como a inserção de disciplinas eletivas/optativas em divulgação científica em todas as áreas do conhecimento em instituições públicas ou privadas com participação ativa no tripé ensino, pesquisa e extensão. Estes cursos podem ser ministrados por jornalistas científicos ou divulgadores da ciência com reconhecida competência na área.

3. Brasil na área

Embora seja crescente o número de jornalistas que atuam na mídia em programas de pós-graduação e o de pesquisadores da área de divulgação científica no país, em programas nacionais credenciados, o que pode ser atestado em encontros nacionais da área (Intercom, Compós, SBPC) ou de eventos internacionais, como Rede Pop, entre outros, não existem, ainda, estatísticas que deem conta desse contingente, o que mostra a demanda de pesquisas desta natureza.

Nesse sentido, é desejável não só criar uma linha de financiamento com editais específicos para pesquisa e ampliação de bolsas direcionadas à área para fomentar a inserção de novos pesquisadores em divulgação científica, seja no âmbito de graduação, com trabalhos de iniciação científica, seja na pós-graduação e no pós-doutorado.

É louvável a recente iniciativa (2009) do Prêmio José Reis de Divulgação Científica ao inserir como uma nova modalidade para premiação trabalhos de iniciação científica ou de conclusão de curso (monografias e produtos) em Jornalismo Científico.

4. Relevância para a sociedade

A formação de pessoal qualificado na área de divulgação científica tem reflexo direto na sociedade por diferentes motivos. Um dos mais relevantes é que a divulgação competente e contextualizada, crítica e analítica sobre os benefícios e os riscos da política científica nacional e da produção científica, tecnológica e de inovação é essencial para a formação de uma cultura científica cidadã participativa.

As pesquisas nacionais de percepção pública da ciência mostram que é grande o interesse do brasileiro pela ciência, mas poucos entendem o que é divulgado e não fazem ligação direta com seu cotidiano, nem com a economia ou política nacional.

A mais recente pesquisa da área, realizada pela Fundep/UMFM/ANDI (2007-2008) em um universo de 62 jornais brasileiros e análise de 2.599 notícias, atesta nossa preocupação com os conteúdos descontextualizados e acrílicos da divulgação científica na mídia, ao constatar que: “apenas 4% dos textos mencionam alguma estratégia de desenvolvimento; 3,8% estabelecem relação entre ciência e crescimento econômico; 0,2% evidencia a contribuição da ciência para a erradicação da pobreza; 0,9% estabelece alguma conexão com a melhoria dos indicadores sociais e 15,8% abordam de forma mais ampla a CT&I, ou seja, repercussão de eventos, políticas públicas específicas e o marco legal da área”.

Nos dois últimos congressos nacionais da ABJC, na Fapesp, em 2007, “Jornalismo Científico e Sociedade”, na Fapemig, em 2009, “Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável” ou no regional do Nordeste, em Campina Grande, em 2008, “Jornalismo Científico e Desenvolvimento Regional”, os temas centrais revelaram a percepção da área sobre o uso estratégico e social da CT&I. Evidenciaram que a divulgação da produção científica nacional precisa estar fortemente inserida numa perspectiva crítica, analítica e educativa, na realidade social, local, regional ou nacional, com uma reflexão clara sobre riscos e benefícios do uso social, econômico e político da CT&I. Só assim o cidadão poderá, efetivamente, participar, por meio de suas representações sociais, das decisões políticas sobre ciência, tecnologia e inovação.

5. Recomendações

Com base no breve cenário acima traçado sobre a evolução e os desafios da divulgação, formação e pesquisa na área de divulgação científica, a ABJC elaborou as seguintes reflexões sobre o tema central da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, “Política de Estado de Ciência, Tecnologia & Inovação para Desenvolvimento Sustentável”. As reflexões estão pautadas nas discussões do XI Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico realizado em conjunto com a Fapemig, em Belo Horizonte, em 2009, e que teve como tema central “Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável”.

Na ocasião, quando foi lançado um livro com o mesmo título do congresso, prefaciado pelo presidente da Fapemig, Mario Neto Borges, com artigos de 14 jornalistas e pesquisadores da área divididos em duas partes, “Jornalismo, Meio Ambiente e Sociedade” e “Jornalismo Científico e Educação”, a ABJC evidenciou a sintonia da entidade com a sustentabilidade e a preocupação para que a mídia assuma de forma mais transparente seu papel na formação da opinião pública.

1. O tema “Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável” não poderia ser mais adequado, uma vez que desde 1987, quando cunhado no Relatório Nosso Futuro Comum, “desenvolvimento sustentável” passou a ter vários significados, dependendo dos interesses daqueles que o exploram;
2. Do *marketing* verde, vazio e sem consistência ao discurso de uma falsa ciência, o termo tem sido usado para esconder o doloroso e amplo processo de exploração da Amazônia, o abandono de biomas como a Caatinga e o Cerrado, a indiferença à causa das comunidades tradicionais entre outros problemas socioambientais;
3. É preciso dar visibilidade a ações e práticas de C&T verdadeiramente sustentáveis para multiplicá-las;

4. Moralizar o uso do conceito de desenvolvimento sustentável é ajudar a promover práticas moral, ética e socialmente mais coerentes;
5. Faz-se necessária uma reflexão pública sobre os benefícios e os riscos da CT&I;
6. Impõe-se a melhoria da qualidade de vida da atual e das futuras gerações;
7. Sustentabilidade deve ser entendida numa perspectiva ampla, política, econômica e social;
8. Ambiente saudável, uso racional dos recursos naturais, o homem como parte integrante da natureza, sem negar o papel do progresso natural da cidade e do campo;
9. É preciso evitar o desenvolvimento predatório, sob o risco de sermos vítimas de nossas próprias ambições;
10. O Jornalismo Científico deve se comprometer a entender os processos, os impactos, as causas e as consequências das tomadas de decisões que afetam o nosso cotidiano;
11. É preciso repensar as nossas pautas, as nossas abordagens e as nossas formações, buscando continuamente a superação de nossas falhas por meio de uma formação permanente e um diálogo fértil com a comunidade científica, os políticos e o governo.

Além dessas reflexões, a ABJC indica para a pauta de Comunicação Pública da Ciência da 4ª Conferência Nacional de CT&I as seguintes recomendações elaboradas a partir de diferentes sugestões de seus associados e jornalistas científicos interessados no aperfeiçoamento das políticas públicas de comunicação em CT&I e presentes em encontros nacionais e regionais da área, como o I Encontro Norte-Nordeste de Jornalismo Científico realizado em Campina Grande, em junho de 2008.

Neste encontro, foi também discutido o papel estratégico da Comunicação Pública da Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do país e, com base na experiência e no conhecimento acumulado dos jornalistas e pesquisadores da área, reivindicou-se uma participação mais ativa da ABJC e de profissionais e pesquisadores de divulgação científica no debate nacional sobre os diversos temas que envolvem a área.

As recomendações da ABJC e de seus associados são:

1. Participação nos fóruns oficiais de formulação de políticas públicas de CT&I;
2. Manutenção e fortalecimento do comitê assessor de divulgação científica do CNPq, com participação paritária de jornalistas e cientistas no processo de julgamento de projetos de pesquisa (editais) e bolsas;

3. Estímulo à ampliação de linhas de pesquisa em Comunicação Pública da Ciência nos cursos de pós-graduação em Comunicação *stricto sensu*;
4. Ampliação de linhas de financiamento federal para cursos de especialização e extensão que visem à capacitação de comunicadores da Ciência em diferentes regiões do país e particularmente nas regiões Norte e Nordeste, com apoio dos órgãos estaduais de fomento;
5. Estímulo à criação de disciplinas e/ou oficinas nos núcleos laboratoriais de Comunicação Pública da Ciência em cursos de graduação em Comunicação;
6. Incentivo a políticas de comunicação nas universidades, institutos de pesquisa e órgãos de CT&I com a criação e a consolidação de assessorias de comunicação, com ênfase na divulgação científica;
7. Formulação de políticas científicas para implementação de bolsas de pesquisa para o campo da divulgação científica que contemplem o Jornalismo Científico;
8. Incentivo e apoio à produção de materiais de Comunicação Pública da Ciência para a melhoria do ensino de ciências no Norte e Nordeste;
9. Incentivo à criação de uma rede de agências regionais de comunicação da ciência do Norte-Nordeste, com apoio tecnológico para implantação de um *webportal* interinstitucional;
10. Incentivo às parcerias entre as universidades e instituições de pesquisa com as TVs educativas e universitárias regionais para produção e veiculação de material audiovisual no campo da Comunicação Pública da Ciência;
11. Promoção de ação articulada com órgãos que atuam em questões de divulgação e formação de profissionais que trabalham com temas de natureza científica e tecnológica;
12. Articulação, ampliação e fortalecimento da organização de um sistema de comunicação pública da CT&I no Norte-Nordeste, em parceria com governos estaduais, municipais, universidades, FAPs, instituições de pesquisa, organizações que produzam e analisem a CT&I;
13. Reconhecimento e valorização da importância dos saberes populares no processo de construção do conhecimento científico nas políticas de popularização da ciência e da tecnologia;

14. Criação de disciplinas de Jornalismo Científico e Sociedade em todas as áreas de conhecimento como optativas/eletivas;
15. Criação de recursos específicos para a divulgação da produção científica em cada projeto de pesquisa aprovado por órgãos estaduais ou federais;
16. Criação de novos cursos interdisciplinares de extensão, pós-graduação (acadêmico e profissionalizante);
17. Formação de professores de ensino de Ciências para leitura crítica da mídia;
18. Criação de novas linhas de financiamento à pesquisa sobre divulgação científica e percepção pública de CT&I de forma temática e qualitativa.